

O CATOLICISMO POPULAR EM CORDEL: PERMANÊNCIAS DA CULTURA POPULAR NORDESTINA ORIUNDA DO SISTEMA PRISIONAL DA PARAÍBA

Autor -Arthur Manoel Andrade Barbosa- Universidade Estadual da Paraíba-UEPB

Co-autor -Lenaldo da SilvaFerreira -Universidade Estadual da Paraíba- UEPB

Neste trabalho é apresentada a junção entre as práticas educacionais da disciplina História, somadas às particularidades da cultura popular do Nordeste, destacando o sistema prisional do estado da Paraíba como uma via acesso para realização dessa atividade. Através da intervenção da Universidade Estadual da Paraíba, como o programa Pró-Enem, onde a população carcerária tem a oportunidade de assistir aulas preparatórias para o ENEM, foi produzido um cordel numa parceria entre professor e alunas do projeto, enfatizando a intenção de fazer das apenas participantes dessa atividade agentes ativas da perpetuação das tradições culturais nordestinas na modalidade literária do cordel. Os saberes e conhecimentos perpetuados através da cultura popular, nesse caso a literatura cordel, tendo a religiosidade do catolicismo popular como foco, produziu a interdisciplinaridade entre História, Literatura e cultura popular associada às práticas educacionais que contribuem para a reabilitação penal.

Palavras-Chave: Cultura Popular, Cordel, Sistema Prisional.

Introdução

Neste artigo buscamos fomentar as discussões entre as relações possíveis entre História, Literatura de Cordel e a cultura popular nordestina e mostrar que a parceria entre esses campos de saber é de fundamental importância para a construção da cidadania, e para a ressocialização, a partir do instante em que se coloca a educação e suas diretrizes como fator importante para a reabilitação penal e para a constituição das permanências da tradição cultural popular.

O conhecimento histórico, somado a diversas ramificações da tradição cultural nordestina traz através da Literatura uma riqueza de variedades do ponto de vista educacional, constituindo-se assim, como uma importante ferramenta pedagógica no processo de aprendizagem, e ainda mais especificamente a Literatura de Cordel, que tem em suas raízes e nuances as marcas da tradição cultural do Nordeste.

A diversidade de significações presente na nossa cultura popular nos permite traçar paralelos com algumas das teorias, tais como “permanências”, “continuidades”, “identidades”, numa busca de compreender a função que essas manifestações culturais exercem, tanto no imaginário popular, como também no próprio cotidiano do grupo de uma forma mais generalizada a que estão mais diretamente vinculadas.

A educação formal de nosso país atravessa crises e, sem querer entrar no âmbito dos problemas políticos enfrentados pela educação, podemos observar que o Brasil é diverso em cultura, e em cada região os costumes e tradições são diferenciados, e essas diferenças podem ser potencializadas no contexto educacional. Pode-se afirmar que ela, a educação, tem a possibilidade de oferecer uma formação crítica, integral, qualificada e universalizada, garantida através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde em 2009 a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais, abriu o caminho para uma discussão em torno da pertinência de um projeto político-pedagógico para o sistema penitenciário brasileiro, numa tentativa ainda mais forte de poder trabalhar com essa parte da população.

Mas nessas discussões surgem indagações. Como conseguir levar educação e conhecimento à população carcerária de um estado? É possível algum detento ter sensibilidade literária para escrever um cordel? Como olhar um “desviante” como um aluno em potencial? Como poder tirar dos “reeducandos” a memória e a identidade histórica capazes de trazer à tona traços da cultura popular nordestina e conseguir colocá-las numa literatura de cordel?

O cordel e a cultura popular

Os debates e discussões sobre o que seria cultura popular podem adquirir inúmeros significados, ainda mais entre nossa sociedade que tem na cultura erudita – mais sofisticada e assim “superior” à popular – o modelo que mais perto estaria de cultura. Já a cultura popular seria aquela que produziria estranheza e distorceria o discurso culto da erudição, identificando significados e valores comuns ao povo, mais voltadas para a tradição “desviante” da cultura erudita.

Nesse contexto de cultura erudita e popular surge o embate religioso entre o catolicismo tido como oficial, que seria o catolicismo oriundo da Europa, com suas ortodoxias e cerimônias e o catolicismo construído no nordeste brasileiro, adaptado aos costumes e as tradições do homem sertanejo que aqui se formou. Dessa maneira, surgiu no Nordeste práticas tidas como “desviantes” do ponto de vista do que seria o catolicismo mais puro, constituindo-se assim particularidades no modo de fazer os rituais, as liturgias católicas, nesse sentido surgiram as novenas, as procissões, os cultos domésticos, a prática de dedicar um lugar da casa ao sagrado, com destaque para o uso de oratórios, velas, imagens de santos, enfim, práticas “reeditadas” para um jeito diferente de ser católico.

O que se denominou catolicismo popular passou por transformações e distanciou-se de certa maneira do catolicismo vindo da Europa, podendo-se afirmar assim, que esse jeito de exercer o catolicismo, com essas práticas já citadas só acontece no Nordeste, dessa forma o catolicismo popular rural é pertencente às tradições culturais nordestinas e está presente na memória coletiva de seu povo. Ainda na discussão das práticas do catolicismo popular Parker afirma que:

“Boa parte do catolicismo popular não é praticante, no sentido de que suas devoções e suas crenças se desenvolvem de forma independente da pastoral e de várias práticas sacramentais oficiais prescritas pela Igreja- instituição” (1996, p.145).

Envolvidos por estas práticas e particularidades, como somar essas tradições às práticas educacionais? Como associar a cultura popular de um povo aos conhecimentos históricos e literários? Tais expressões culturais, seja no Nordeste, Sul, ou em qualquer região do Brasil experimentam hoje uma revitalização, certo

reconhecimento e uma valorização por parte de setores cada vez mais amplos da sociedade, que vão desde a mídia até ações mais isoladas de valorização da cultura, deixando mais empolgados até mesmo aos incansáveis defensores da perpetuação e valorização das nossas tradições populares, que por vezes passam por exemplos de maior valorização da erudição.

Os estigmas dos valores presentes nos processos educativos envolvendo a cultura popular se diferenciam potencialmente daqueles privilegiados num processo formal de educação, mas são fundamentais para garantir a sobrevivência desses sujeitos, das características de certos povos, numa realidade e num contexto ainda muito distante da escola formal, que não consegue apreendê-lo nem compreendê-lo de forma mais profunda. O aprendizado sócio-cultural proporcionado, por exemplo, pela produção de um cordel, resultado da memória e da identidade de um povo, ainda está aquém de ser valorizado pela educação formal, o que causa para esses sujeitos, um estranhamento e até mesmo certa rejeição, e ainda mais em relação aos processos de aprendizagem desenvolvidos nessas instâncias. Almerindo Afonso (2001), que afirma que:

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (p.09)

A cultura popular de certa maneira só ganha espaço entre as inúmeras atividades educacionais por via de atividades relativas a datas especiais, como festas juninas, o dia da consciência negra, ou quando alguma região está em destaque na mídia. Os próprios educadores, em sua maioria, têm dificuldade em estabelecer relações mais próximas com essas práticas, a didática está sempre mais voltada para atividades já enquadradas no contexto escolar e o novo, o diferente, o que causará “espanto” nos alunos fica na maioria das vezes de lado.

A cultura popular representa para Roger Simon e Henry Giroux (1994), um fértil espaço pedagógico, lugar este que levanta nas concepções dos alunos as bases que farão a subjetividade aflorar, dando oportunidade aos alunos de poderem se desprender de

amarras que o impedem de constituir suas próprias análises. Os autores afirmam que quando a cultura popular e a pedagogia se unem o político torna-se mais pedagógico:

“A cultura popular e a pedagogia representam importantes terrenos de luta cultural que oferece não apenas discursos subversivos, mas também relevantes elementos teóricos que possibilitam repensar a escolarização como uma viável e valiosa forma de política cultural.” (p.97).

Talvez o maior ensinamento que a cultura popular possa estar nos disponibilizando no âmbito educacional atualmente seja esse, uma pedagogia voltada à valorização das práticas que reafirmam a identidade regional, que destaca aspectos de certa comunidade, de determinado povo, e com isso, revitalizando também as possibilidades de se pensar e agir sobre os processos de educação vigentes em nossa sociedade, a partir de outros ângulos e outras possibilidades.

A experiência realizada na Penitenciária Feminina de Campina Grande, compreendida dentro do complexo da Penitenciária Regional de Campina Grande Raimundo Asfora - denominado “Presídio do Serrotão” -, os saberes e conhecimentos da cultura popular, representados através da constituição de um cordel, a respeito do catolicismo popular, muito presente nas tradições e memórias inclusive das apenas traz esse manancial no qual a educação tem a possibilidade de inventar e trazer à evidência aspectos culturais regionais.

A cultura popular, que historicamente nunca foi tida enquanto um conhecimento legítimo no âmbito dos currículos da educação formal por ser suplantada pela cultura erudita foi propagado de forma “folclorizada”, como de maneira ainda bastante presente são retratadas as manifestações da nossa cultura popular, nos programas educacionais de grande parte das escolas, sejam elas particulares ou públicas, confirmando um exemplo típico sobre preconceitos que persistem nesse âmbito cultural, herança de uma racionalidade eurocêntrica, que influencia ainda, a maioria dos programas formais de educação e de cultura.

A cultura popular entre as “reeducandas”

Assim como as mentalidades e os sentimentos, os momentos históricos também mudam, e as formas de punição aos “desviantes” também mudaram ao longo dos séculos. Foucault (1987) afirma que a prisão se fundamenta na “privação de liberdade”,

evidenciando que esta liberdade é um bem e um direito pertencente a todos da mesma maneira, perder esse direito tem, dessa maneira, o mesmo preço para todos, “melhor que a multa, ela é o castigo”, permitindo a quantificação da pena segundo a variável do tempo: “Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a idéia de que a infração lesou, mais além da vítima a sociedade inteira” (Foucault, 1987, p. 196).

Fazendo um breve passeio pela história da educação nas prisões veremos que na década de 1950 é que esse trabalho é visto como uma potencial arma na inclusão social dos apenados, de requalificá-los, e reinseri-los na sociedade, esta proposta veio a surgir somente quando se desenvolveu dentro das prisões os programas de tratamento, antes disso, não havia qualquer forma de trabalho, ensino religioso ou laico nas penitenciárias. Assim, somente no fim dos anos 50, percebeu-se o insucesso deste sistema prisional, o que levou a busca de novas alternativas, ocasionando na inserção da educação escolar nas prisões. Foucault (1987, p. 224) diz: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”

Como uma forma de promover os êxitos da educação, o projeto político-pedagógico das prisões possibilita a providencial dualidade entre a legislação educacional e a penal (LDB e Lei de Execução Penal), favorecendo a articulação entre políticas setoriais, potencializando a sinergia entre duas ciências (pedagogia e direito penitenciário) e mobilizando distintos campos profissionais (professores e agentes penitenciários) em torno de objetivos comuns, contribuindo para o fortalecimento dos âmbitos da saúde, trabalho e principalmente educação Conforme o sociólogo Fernando Salla(in: Educação, 2000, p. 67) “[...] por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos deixa o sistema penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar”

No sistema prisional, os temas que devem ser mais debatidos e aprofundados são assuntos como o amor, a cidadania, a ética e suas vertentes, o conceito de moral, discussões sobre vida e morte, liberdade, enfim, assuntos que despertem neles a valorização humana, e se ainda for possível adicionar as estratégias pedagógicas de valorização cultural, e evidentemente, da cultura popular, o êxito e os resultados se farão presentes. Sobre isso, Gadotti (in: Educação, 2000, p. 62) diz que “Educar é libertar [...] dentro da prisão, a palavra e o diálogo continuam sendo a principal chave. A única força que move um preso é a liberdade; ela é a grande força de pensar”.

Feitas algumas considerações sobre as dificuldades encontradas pela educação em considerar e valorizar os saberes provenientes do universo da cultura popular, e mais ainda, em incluir esses saberes no mundo da educação prisional, após também termos analisado as várias maneiras de trabalhar a busca pelo conhecimento presentes nesse universo, acreditamos que estamos possibilitando uma importante abertura para um possível caminho capaz de permitir a ampliação das referências existentes no âmbito da educação formal, estabelecendo assim canais de comunicação e diálogos entre o saber acadêmico-científico (erudito) e o saber popular, dando a possibilidade de alavancar as buscas por métodos que estimulem a propagação da cultura popular. Nesse sentido veremos uma parte do cordel escrito no Pró-Enem, programa financiado pela Universidade estadual da Paraíba pelo professor Arthur Manoel Andrade Barbosa juntamente com 10 alunas do projeto. O cordel tentou mostrar como o catolicismo exercido no interior do Nordeste tem suas particularidades, e dessa forma a cultura popular serviu de mecanismo para construção do saber histórico e literário das alunas:

Do mosteiro ao oratório

Quando o catolicismo veio pra cá
Nós 'demo' um jeito de nos arrumar
'Fumo' logo fazendo o que nos alegrava
Se a missa nós não 'podia' faltar
Inventamos um lugar onde todo mundo rezava
Desse jeito nós não 'ia' a Deus desagradar.

Terço, vela, imagem de todo santo
E mais uns 'pedido' embaixo do rosário
Se as 'mulher' num faltava uma novena
Pros 'homem' era a bonita missa do vaqueiro
Era uma devoção à nossa Senhora
Que respeito e emoção num faltava
Pois de todos nós nossa mãe cuidava

É reza, é oratório, é vaqueiro devoto
Esse é nosso jeito de religiosidade
'Colocamo' na frente o coração de Jesus
E Maria de lado com toda santidade
Digo isso perante a hóstia consagrada

Que nosso Senhor há de nos abençoar
Valendo nossa gente com sua bondade.

Conclusão

É de fundamental importância fortalecer a cultura popular para o enriquecimento da educação, dando a oportunidade dela ocupar um lugar privilegiado, onde a capacidade de pensar e de ver criticamente a História, seja do Brasil, seja do mundo, ou de sua região.

A cultura popular tem a capacidade de mostrar aspectos e detalhes do país, que estão espalhados através de tecnologias, sabedorias, e uma inesgotável fonte de conhecimento. Mas o que nos deparamos é com práticas ainda formais e tradicionais de fazer educação, essa realidade nos permite indagar e fazer questionamentos sobre as reais possibilidades e perspectivas de que um dia a educação formal possa cumprir o papel de instituição capaz de poder articular os conhecimentos oriundos de diferentes culturas e tradições, sem hierarquias, sem colocar uma cultura acima das outras, pois a própria natureza da escola formal que é dependente da estrutura social determinada pelo capitalismo, não teria condições de levar sozinha tal disputa. Desse modo, evidenciamos a educação não-formal, mais livre de notas e de resultados teóricos como a mais fluente possibilidade de colocar-se em prática um projeto pedagógico capaz de ressaltar e de valorizar os saberes provenientes da cultura popular, na busca de uma aprendizagem adquirida ao longo da vida, olhando para as bases culturais que formaram o nosso país.

A junção dos fatores, sejam legislativos ou seja das áreas de conhecimento na elaboração do projeto político-pedagógico para a educação em prisões possibilitam conceber esse instrumento educacional como meio de dar outro significado ao sentido historicamente remetido ao crime, a partir do momento em que se coloca a educação e seus objetivos como elementos importantes para a ressocialização do infrator.

A educação penitenciária, a ênfase na cultura popular e a possibilidade de fazer-se cumprir o papel da educação é que movem as bases de toda teoria e tornam a prática da vida educacional mais instigantes e mais compensatórias. O cordel produzido pelas “reeducandas” foi o resultado dessa junção, que tornou possível a valorização da cultura popular nordestina, com destaque para as práticas do catolicismo popular rural impressas nas páginas de um tradicional elemento popular nordestino, dessa maneira acreditamos a educação e as práticas pedagógicas terem conseguido cumprir seu papel.

Referências bibliográficas:

AFONSO, Almerindo J. (2001). **A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas**: elementos para pensar a transição. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 36, pp. 33-48.

BRASIL. **Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária** (Cnppc). Resolução nº 3, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos penais. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, p. 22, 25 mar. 2009. Disponível em <http://www.redlece.org/IMG/pdf/https___www.in.gov_1.pdf>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo, Peirópolis, 2001. -----.
Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, Armed, 2000.

PARKER, Cristián. **Religião popular e modernização capitalista: outras lógicas na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1996, p.145, 296.

SIMON, Roger e GIROUX, Henry. **Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular**. In: *Currículo, Cultura e Sociedade* / Antonio Flávio Barbosa e Tomaz Tadeu da Silva (orgs.). São Paulo: Cortez, 1994.

SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.